

Tales Faria

Lula quer se definir nesta semana sobre Senado e MG

Dois casos que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende resolver nesta semana:

- se o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) será ou não candidato a governador de Minas Gerais;
- e, sobre o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afinal, qual é - e qual será - a relação dele com o governo federal.

Do primeiro caso depende a montagem do palanque mineiro para a reeleição de Lula.

Do segundo caso depende o envio novamente ao Senado da indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). E depende também a estratégia em relação ao Senado até o final do ano.

Os casos estão entrelaçados porque Alcolumbre e Pacheco formam uma forte aliança no Senado. Após presidir a Casa entre 2019 e 2021, Davi Alcolumbre fez campanha e elegeu Pacheco seu sucessor. Este, por sua vez, ao deixar o posto em 2025, trabalhou para ser substituído por Alcolumbre, que voltou a presidir o Senado.

Nesse período de franca parceria e trocas de posições com Pacheco, Davi Alcolumbre se tornou o mais poderoso parlamentar do país.

Além de dividir com Hugo Motta (Republicanos-PB) e o antecessor deste, Arthur Liara (PP-AL), o controle das emendas parlamentares – especialmente aquelas que substituíram as emendas secretas, agora chamadas de emendas de comissão –, ele supera os presidentes da Câmara em termos de controle sobre sua Casa.

Alcolumbre deu recentemente uma tremenda demonstração de poder ao derrotar com ampla

maioria a indicação do governo para Jorge Messias assumir no STF.

O presidente do Senado tem enviado sinais confusos de que estaria disposto a continuar esticando a corda contra o governo. Por exemplo, quando ameaça também melar a montagem da chapa, com Pacheco na cabeça, que Lula vinha arquitetando para apoiá-lo em Minas Gerais.

Alcolumbre resolveu fazer campanha para Pacheco ser eleito pelos senadores como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A vaga pertence ao Senado e a vitória seria líquida e certa. Por causa desse lançamento, o senador deu um passo atrás na candidatura a governador de Minas.

O presidente da República gostaria de indicar novamente Messias para o Supremo, apesar da derrota anterior. Quer fazer isso como demonstração de poder e de que não abre mão de suas prerrogativas como presidente da República. Mas, na verdade, não está seguro quanto a Alcolumbre. Não sabe exatamente como ele se comportará.

Daí porque Lula pretende se reunir nesta semana com Pacheco: para tomar pé da situação. Se tiver sinais positivos, pode até encontrar-se com Alcolumbre, caso sinta com Pacheco que há espaço para isso. Se der certo, ele mata dois coelhos com uma cajadada só.

Mas é um movimento de alto risco. Lula sabe disso e está preparado para uma situação de hostilidade. Nesta hipótese, vai ter que decidir se repete ou não a indicação de Messias e aposta nas eleições de outubro, caso vença. Aí sim, partirá para a guerra contra Alcolumbre.

Fernando Molica

Os limites da faxina de Couto

O entusiasmo com faxina promovida no Estado do Rio pelo governador em exercício, Ricardo Couto de Castro, deve levar em conta que as vasouradas são possíveis apenas pelo caráter interino de sua presença no Palácio Guanabara.

A excepcionalidade de sua gestão, o fato de ser do Poder Judiciário e a incerteza sobre o tempo que continuará no posto criam uma barreira em relação a pressões do universo político. As ações do desembargador, que chegou ao cargo por ser presidente do Tribunal de Justiça em meio a um caos institucional, seriam bem restritas caso ele dependesse dos humores da Assembleia Legislativa (Alerj).

Isso não quer dizer que futuros gestores do estado estarão condenados a promover farras em compras e contratações de pessoal. Políticos têm estilos diferentes, mas concessões indevidas acabam sendo inevitáveis. Wilson Witzel foi defenestrado não apenas por irregularidades cometidas em sua gestão, mas também pela insistência em concentrar poderes e bondades nas mãos de um grupo restrito.

Cláudio Castro, eleito vice de Witzel em 2018 e reeleito em 2022, acelerou na direção oposta e só não perdeu o mandato por ter renunciado na véspera da decisão judicial.

Atitudes tomadas por Couto à frente do governo mostram o tamanho do processo de sequestro do estado por interesses privados — e isso não começou agora e não se restringe às fronteiras fluminenses.

O sistema político-partidário brasileiro praticamente determina que ocupantes de cargos no Poder Executivo façam uma espécie de parceria com integrantes do Legislativo. Isso, não por questões de viés administrativo ou ideológico, algo que im-

porta muito pouco entre nós.

O que vale mesmo é o fatiamento da estrutura do Estado e a entrega de pedaços para diferentes políticos, que neles armam estruturas para empregar correligionários e, em não raros casos, ganhar muito dinheiro — é dando que se recebe, já pontificava o ideólogo do Centrão, o ex-deputado Roberto Cardoso Alves.

Até mesmo a exigência de concurso para ocupantes de cargos públicos acabou sendo driblada por infinitas contratações para funções comissionadas e pela criação de organizações especializadas em fornecer mão de obra: trabalhadores quase sempre selecionados pelo critério da indicação política.

A saída para o impasse passa ao largo de saídas autoritárias, de fortalecimento indevido do Executivo. Ditadores, a história mostra, são ainda mais livres para roubar.

Mas a sociedade precisa encontrar alternativas institucionais para romper com um mecanismo perverso que dá a ocupantes de cargos legislativos a prerrogativa de chantagear o Executivo (isto, quando este não estimula a farra).

Em dois meses de exercício do governo, Couto desfez contratos e impediu a assinatura de outros que seriam lesivos ao estado, demitiu milhares de pessoas que haviam entrado pela janela — muitas delas sequer tinham chachá, nem apareciam para trabalhar.

Couto sabe que jamais faria o que fez caso tivesse quatro anos de mandato pela frente; seria obrigado a ceder. Há um impasse, mas a população poderia ajudar ao, na hora do voto, prestar atenção também nos candidatos ao Legislativo.

EDITORIAL

Oriente Médio longe de tempos de paz

A nova escalada de violência entre Israel e Hezbollah reafirma uma triste constatação histórica: no Oriente Médio, guerras nunca terminam por completo. Elas apenas mudam de intensidade, de fronteira e de geração. O conflito atual, alimentado por ataques cruzados, ameaças de expansão regional e milhares de vítimas civis, é mais um capítulo de uma disputa marcada não apenas por interesses geopolíticos, mas também por profundas divisões religiosas e identitárias que atravessam séculos.

Embora os governos e grupos armados invoquem razões estratégicas e de segurança, o pano de fundo continua sendo a instrumentalização da fé como ferramenta de mobilização política. Em nome de Deus, da terra prometida ou da resistência sagrada, populações inteiras seguem aprisionadas em ciclos de medo, vingança e radicalização. O resultado é um Oriente Médio permanentemente tensionado, incapaz de consolidar estabilidade duradoura.

Israel sustenta o direito legítimo de defender seu território e sua população contra ataques terroristas. O Hezbollah, por sua vez, apresenta-se como força de resistência diante da ocupação e da influência israelense na região. No entanto, entre discursos de autodefesa e narrativas de libertação, quem mais sofre são os civis. Famílias desalo-

jadas, cidades destruídas e crianças transformadas em símbolos de tragédia tornam-se rotina em uma região acostumada ao luto.

A persistência dessas guerras revela também o fracasso da comunidade internacional. Décadas de mediações frágeis, resoluções ignoradas e interesses econômicos disfarçados de diplomacia contribuíram para perpetuar um cenário onde a paz parece sempre provisória. Potências globais escolhem lados conforme conveniências estratégicas, enquanto discursos humanitários frequentemente cedem espaço à lógica militar.

É preciso reconhecer que não há solução exclusivamente bélica para conflitos alimentados por identidade religiosa, ressentimento histórico e disputas territoriais. Bombas podem destruir arsenais, mas não eliminam o ódio cultivado por gerações. A cada novo ataque, renova-se também a convicção extremista de que coexistir é impossível.

O Oriente Médio tornou-se refém de líderes incapazes de romper com narrativas absolutas e messiânicas. Enquanto religião continuar sendo usada como combustível político e instrumento de poder, a paz seguirá distante. O drama da região mostra ao mundo que guerras religiosas raramente produzem vencedores. Produzem apenas ruínas, mártires e novos inimigos preparados para continuar lutando.

Opinião do leitor

Desabafo

Globo não passa mais Fórmula 1 no canal aberto! Quem não tem TV por assinatura está perdendo a corrida ao vivo! Para quem gosta de velocidade nas pistas, a F-1 tá de tirar o fôlego.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.